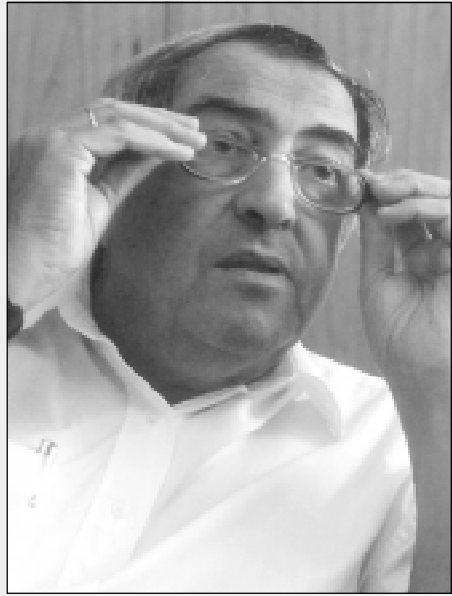


# "Com a reforma da Previdência, governo

Fotos: Antoninho Perri



**"As instituições públicas estão hoje, novamente, com um número significativo de pedidos de aposentadoria porque as pessoas estão com medo"**

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

EUSTÁQUIO GOMES

eusta@unicamp.br

**R**obin Wood tirava dos ricos para dar aos pobres. Com esse projeto, o governo irá tirar da classe média para dar aos banqueiros". As frases, ditas sem hesitação, não saíram da boca de um parlamentar de oposição ao governo, mas de um ideólogo e economista de esquerda. Wilson Cano, professor do Instituto de Economia da Unicamp, autor de livros traduzidos para o espanhol e o francês, entre os quais se destaca um estudo monumental, *Soberania e política econômica na América Latina* (2001), tem sido um crítico incansável do projeto da reforma da Previdência encaminhado ao Congresso pelo governo, e ora em começo de tramitação na Câmara. Graças aos artigos que têm publicado a respeito em jornais e revistas, Cano tem se transformado numa espécie de consciência crítica da esquerda. E sua visão não é das mais otimistas: ele acha que, se o projeto passar como está, o prejuízo para o setor público – e sobretudo para as universidades – será incalculável.

**JU - O senhor assinou o programa do PT elaborado em 2001 e no entanto tem discordado enfaticamente da reforma da Previdência em tramitação no Congresso. Por quê?**

**Cano** - Por várias razões. Primeiro, pela própria forma como ela foi colocada. Os aposentados e as pessoas que estão prestes a se aposentar tomaram um susto. Assim como o governo passado, próximo a 98, também deu um tremendo susto e provocou não só uma instabilidade nas pessoas mas também uma corrida às aposentadorias. As instituições públicas estão hoje, novamente, com um número significativo de pedidos de aposentadoria porque as pessoas estão com medo. Em segundo lugar, a forma como isso foi divulgado. O governo anunciou um déficit de 75 bilhões de reais na previdência mas não qualificou esse buraco.

**JU - O senhor tem contestado esses números e afirma que, ao contrário, a seguridade social é superavitária. Por quê?**

**Cano** - Daqueles 75 bilhões, 17 constituem o chamado déficit do INSS, que nada tem a ver com o do funcionalismo público, e sim com os trabalhadores privados. Dos 58 bilhões restantes, há um "déficit" de 35 bilhões no âmbito federal e o restante se refere aos estados e municípios. Dada a diferença dos problemas envolvidos, não se pode pôr tudo num saco só. Ou foi uma tática errada do governo, uma desatenção, ou foi justamente para jogar na opinião pública a idéia de que os gastos com funcionários públicos causam prejuízo à nação, o que não é verdade, porque o déficit de 75 bilhões não se refere apenas aos funcionários públicos.

**JU - O senhor poderia detalhar melhor os cálculos que revelam o superávit da seguridade social?**

**Cano** - Você tem um orçamento da seguridade social que no ano passado deu um superávit de 36 bilhões. São as contribuições criadas para lastrear o orçamento da seguri-

dade social (principalmente a CSLL, Cofins e CPMF), que têm que financiar os gastos com a saúde pública, previdência e assistência social. Está na Constituição que o uso desse dinheiro é para a seguridade social. Dado que suas receitas têm superado os gastos com aqueles itens, então não se pode falar em déficit da seguridade social. É uma inverdade. Mas eu convido as pessoas a olharem o que aconteceu com o INSS nesses anos todos. Subiu a taxa de desemprego no país, o rendimento médio do trabalhador caiu mais de 10%, o mercado de trabalho foi precarizado. É evidente que isso só poderia se refletir numa diminuição da arrecadação do INSS. Só que ninguém tem culpa disso. Quem tem culpa disso é o governo, que praticou uma política econômica de crescimento débil.

**JU - Num trabalho publicado recentemente, o senhor diz que o déficit de 17 bilhões da Previdência Geral (INSS) alegado pelo governo poderia ser transformado num superávit de 28,5 bilhões. Como?**

**Cano** - Lembraria uma série de mazelas que existem e que são muito pouco tocadas, mas que temos que discutir. Uma primeira decorre da péssima administração que o INSS faz de seu patrimônio, o qual, em inúmeros casos, tem seus imóveis alugados a particulares, a preços vis. Por outro lado, estima-se uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 10 bilhões, em função da forma de pagamento atribuída às micro e pequenas empresas, assim como às isenções (ou sonegação não combatida) a entidades filantrópicas, clubes esportivos, e outros. O que constitui verdadeiro absurdo num governo que quer combater o déficit. Se isso fosse cumprido com sucesso, nosso "déficit" cairia dos R\$ 17 bilhões para apenas R\$ 7 bilhões. Por outro lado a Constituição Federal de 1988, acertadamente, corrigiu uma injustiça social que era a inexistência de qualquer rendimento para milhões de idosos urbanos e rurais, que, embora tivessem trabalhado durante a maior parte de suas vidas, jamais contribuíram para o INSS, devido à informalidade de suas ocupações. Estes pagamentos (R\$ 14,3 bilhões em 2002) deveriam ser caracterizados como de assistência social, no orçamento da seguridade social e não como aposentadorias ou pensões, no do INSS. Com o que "nosso déficit", já reduzido a 7, se transformaria em superávit de 7,3 bilhões. Em

terceiro lugar, a Associação dos fiscais da Previdência estima uma dívida acumulada de empregadores públicos e privados da ordem, hoje, de R\$ 160 bilhões. Se fosse reforçada a cobrança da parte (digamos, 50%) efetivamente devida, essa importância, colocada aos juros da SELIC que incidem sobre os títulos federais - tão prazerosamente brindados aos bancos - renderia ao INSS a respeitável soma anual de R\$ 21,2 bilhões, e, apenas para um exercício de cálculo, nosso superávit alcançaria, agora, R\$ 28,5 bilhões.

**JU - O senhor acha então que a reforma deveria começar dentro do próprio governo?**

**Cano** - Começar por dentro, organizar o serviço de cobrança. Eu, por exemplo, fiquei um ano na prefeitura de Campinas, ajudando o Toninho (Antonio da Costa Santos, prefeito de Campinas assassinado em setembro de 2001), tentando organizar uma junta de conciliação com o INSS para elucidar coisas que eu tenho certeza absoluta que a prefeitura não deve. São R\$ 300 milhões. Ela está sendo cobrada na justiça. Falei com dois ministros. Não adiantou nada. É uma dívida tola porque foi um erro crasso da fiscalização do INSS ao examinar as contas da prefeitura. Isso mostra uma organização extremamente precária da Previdência.

**JU - O senhor diz que o déficit da Previdência pública federal também seria menor do que os números apregoados pelo governo. Por quê?**

**Cano** - Existe um déficit da Previdência pública federal? Nesse último trabalho que publiquei incluí uma tabela mostrando que os gastos totais (o déficit apregoado) montam em R\$ 35 bilhões. Contudo, se deduzirmos as contribuições dos funcionários, da ordem de R\$ 4,05 bilhões, o déficit já baixa para R\$ 30,9 bilhões e, se o governo cumprisse com sua obrigação legal e pagasse sua contribuição patronal, chegaríamos a um déficit efetivo de R\$ 22,8 bilhões. Veja a diferença entre o apregoado e o efetivo. Contudo, cabe uma primeira discussão: se o governo pretende tratar os militares ou qualquer outro segmento do funcionalismo como "caso especial", diferenciando-os dos demais, não é justo que seu déficit específico, de cerca de R\$ 9,9 bilhões, faça parte do déficit do funcionalismo em geral. Seria uma política de atenção especial, e não geral. Assim sendo, vamos retirá-lo, com o que o montante final se reduziria ainda mais, para R\$ 12,9 bilhões.

**JU - Além do aumento da idade mínima para 60 e 55 anos, o projeto de uma base de cálculo da aposentadoria levando em conta o histórico tributativo, o que na essência é o fim da integralidade e uma redução substancial dos proventos. Qual o impacto econômico disso para os servidores públicos?**

**Cano** - Vou dizer com dados o que irá acontecer. Em primeiro lugar, as viúvas dos funcionários já irão sofrer um corte de 30% no seu rendimento. Há alguns pontos a discutir, mas o governo não está respeitando a transição dada pela Emenda 20 (idade mínima de 48 anos para mulheres para homens). Ele está dizendo assim: 'quer se aposentar, aposte-se, mas eu te desconto 5% em cada ano que você não trabalhar', o que dá 35%. Naturalmente, ninguém vai ficar louco de se aposentar nessas condições. Se se aposentasse, perderia 35%, sobrando 65%, e a viúva receberia 70% do que sobrou. Além disso, está sendo introduzido o corte de salário médio de contribuição. Pela proposta do governo será calculada uma média estatística de todos os salários com contribuição. Se você entrou para o governo como advogado, economista ou médico, com salários razoáveis desde o início, a pensão será menor. Mas se você começou de baixo, iniciando a carreira em profissões mais inferiores através de vários cursos, resulta que você não irá receber mais do que o seu salário atual, assim com a média das suas contribuições. Isso pode dar um deságio de 30%. Haverá um empobrecimento da classe média. O governo se arriscou com Robin Wood às avessas. Cano tirava dos ricos para dar aos pobres. Com esse projeto, o governo irá tirar da classe média para dar aos banqueiros. Isso que está sendo proposto nada mais é do que mecanismos para manter o superávit fiscal elevado para garantir o pagamento de juros da dívida pública.

**JU - Que impactos essa política pode gerar na economia?**

**Cano** - A diminuição do salário médio no futuro evidentemente irá diminuir a capacidade de consumo e a insegurança que o trabalhador terá a sofrer irá levá-lo a medidas de precaução. Você não irá mais gastar como antes. Isso significará um rebaixamento do padrão de vida.

**JU - Então, quem sai ganhando com essa política?**

**Cano** - Boa pergunta. No INSS o aumento do teto irá trazer uma arrecadação adicional. Só que será cobrada daqui a 28 anos. Se você não converter isso em títulos capitalizáveis, o governo, daqui a 28 anos você terá um novo buraco na Previdência. Então isto que está sendo feito na verdade não é aumento da arrecadação da Previdência pública federal, é a eventual cobrança dos inativos poderem diminuir um pouco o "déficit", mas expressivamente. Recentemente fiquei escandalizado ao ler nos jornais que o ministro José Dirceu afirmou que os aposentados federais estão consumindo 40 bilhões enquanto os gastos sociais estariam em apenas 30 bilhões de reais. Então eu não entendo: se o governo quer a imagem de dragão (o funcionalismo) para lutar a aprovação do projeto, ou a assessoria é tão ruim que é incapaz de ler o orçamento da República. Então o orçamento fechado de 2006 tem em 2001 os gastos sociais sobram 171 bilhões, incluindo a Previdência, segundo o IPEA. Em 2006 os gastos foram iguais ou um pouco maiores. Então, como ele pode gastar em 7 bilhões? É para jogar na opinião pública uma pressão para agilizar a aprovação da reforma no Congresso.



**"No INSS o aumento do teto irá trazer uma arrecadação adicional. Só que será cobrada daqui a 28 anos. Se você não converter isso em títulos capitalizáveis do governo, daqui a 28 anos você terá um novo buraco na Previdência"**



**"Vejo uma piora considerável do quadro existente hoje. Só na Unicamp, nos últimos anos, nós perdemos centenas de professores e o quadro jamais se recompôs"**

Previdência enviado pelo governo ao Congresso

# e arrisca a ser um Robin Wood às avessas”

Foto: Antoninho Perri



“Esse custo político pode ser muito pesado para nós que somos da esquerda, e críticos. Para nós isso pode significar uma outra espera de 25 anos”

**JU - Como o projeto estabelece um teto de aposentadoria para os novos servidores (R\$ 2.400), e não havendo tradição de fundos complementares no Brasil, a atratividade da carreira universitária, por exemplo, tende a diminuir consideravelmente. Que espécie de futuro o senhor vê para a universidade pública, diante disso? E quanto à qualidade do setor público?**

**Cano** – Vejo uma piora considerável do quadro existente hoje. Só na Unicamp, nos últimos anos, nós perdemos centenas de professores e o quadro jamais se recompôs. Isso já nos causava problemas, mas agora vai piorar pois ouve-se falar em cerca de duas centenas de novos pedidos de aposentadoria. Agora as pessoas já sabem de antemão que as condições da sua aposentadoria irão piorar. Ou seja, o governo está criando um desestímulo para o emprego público. A carreira acadêmica ficará cada vez menos atrativa. O pesquisador ou professor que hoje mora aqui na Cidade Universitária (bairro de classe média no distrito de Barão Geraldo próximo ao campus da Unicamp) terá de mudar-se para a Vila Independência ou Vila Santa Izabel (bairros da periferia de Campinas habitado por moradores de baixa renda).

**JU - Nos seus cinco meses iniciais, o governo construiu uma maioria parlamentar considerável. O senhor acredita em defecções suficientes para que o projeto de reforma seja ao menos suavizado e se torne menos danoso ao setor público e às universidades?**

**Cano** - Estou muito cético em relação a isso justamente porque a campanha do governo de culpabilização do funcionário público está muito pesada. Salvo meia dúzia de deputados que estão ousando em falar, e não me refiro aqui aos do PT, você tem um silêncio entre a maior parte dos deputados que sempre votaram contra. A reforma de 98 foram eles que aprovaram, não fomos nós do PT. Estou chegando a uma conclusão muito triste. Acho que poucos parlamentares leram o projeto. Faça alguma pergunta sobre o projeto a qualquer parlamentar. Eles não sabem aprofundar e nem conhecem os seus principais efeitos.

**JU - Se os parlamentares, como o senhor diz, não conhecem o projeto a fundo, então o que estaria por trás do apoio político que a maioria deles está declarando à reforma?**

**Cano** - A ilusão. Ilusão de que os fundos de pensão irão resolver o problema do financiamento brasileiro. Se não for essa ilusão, então é algo pior, uma jogada financeira escandalosa, que é passar 40 bilhões de dinheiro público e de funcionários públicos para as mãos do fundo privado. O fundo ganha taxa de administração. Se a bolsa cair 40% ele continua cobrando os 10% dele. Azar o teu, que terá de chorar para o bispo. Isso é um fluxo de dinheiro equivalente a um BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anual.

**JU - Como um ideólogo e um militante petista, o senhor se sente à vontade para fazer críticas? O seu descontentamento se limita à reforma da Previdência ou vai além dela? A economia, por exemplo, vai bem?**

**Cano** - Minhas críticas vão além da proposta de reforma da Previdência. A política macroeconômica que o governo está adotando é suicida. Praticando essa taxa de juros de 26,5%, você desconta uma inflação de 10%, dá uma taxa de juros real de 16,5%, não há país que agüente isso. Matematicamente é impossível. Colocaram na cabeça deles (governo) que irão diminuir o peso da dívida. Isso é mentira. Com os juros desse tamanho não se diminui coisa nenhuma.

Pode-se argumentar que vamos ter um superávit comercial gigantesco; voltou a entrar um dinheirinho que é curto, mas quebra um galho, o que indica que o governo não terá problemas de balanço de pagamento ao longo do ano. Mas isso não resolve o problema estrutural. A questão básica desse modelo de economia, que é uma economia aberta e desregulamentada, na qual os fluxos de capitais entram e saem quando bem entendem. Se os ventos forem bons eles entram. Se não forem, eles não entram. Nós já temos os exemplos asiático e latino-americano que se revelaram como um engodo. Na verdade, o governo começou errado. O governo deve ter achado que se fosse bonzinho com os banqueiros e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mantendo um superávit fiscal, todo mundo iria distribuir chocolate para o nosso governo e resolver todos os nossos problemas. Mas os problemas não foram tocados.

**JU - A linha de ação adotada pelo governo parece levar a uma desideologização de seu programa. Isto significa que as eleições que se seguirão serão desideologizadas? O governo perde ou ganha com a adoção de um pragmatismo até certo ponto inespereado?**

**Cano** - O Partido dos Trabalhadores chegou a um ponto que o fez mudar. Ganhou estrutura, peso e se formalizou. Evidentemente, um partido político quando chega a esse ponto perde muito do que era antes. As coisas começam a passar por canais burocráticos. O pior, no momento atual, é que o governo tomou uma assessoria externa ao partido. Todos os nomes do staff do Ministério da Fazenda são de fora do PT, vindos da direita.

**JU - O senhor está dizendo que o presidente da República, um homem que tem uma longa história de esquerda, está refém da direita?**

**Cano** - Conheço o Lula há 13 anos e sei que é um homem inteligente, perspicaz e que sabe ouvir. Acho que o Ministério da Fazenda fez a ele promessas mirabolantes. Acho que disseram a ele que se ele se comportar direitinho, pagar as dívidas, cumprir os contratos, nós vamos dar dinheiro a você e não vamos causar nenhuma crise. Isso é uma bobagem muito grande, porque os problemas estruturais estão todos intocados.

**JU - O senhor acha que nas próximas eleições o PT poderá voltar ao mesmo discurso ideológico que o eleger para esse mandato?**

**Cano** - Não vai poder, claro. Pelo contrário. Essa é uma das preocupações que eu tinha em termos de custo político dessa ação. Esse custo político pode ser muito pesado para nós que somos da esquerda, e críticos. Para nós isso pode significar uma outra espera de 25 anos.

**JU - O senhor está falando de uma provável orfandade da esquerda?**

**Cano** - Sim, uma orfandade da esquerda. É disso mesmo que estou falando. O Brasil é o único país da América Latina, tirando Cuba, que tinha um partido de esquerda organizado e com um quarto do eleitorado. O resto é partido do um por cento, fragmentado em sete ou oito agremiações. Então, o único país que teria condições de fazer uma organização política dessa natureza seria o Brasil. Nós corremos o risco de perder essa chance.

**JU - Mas sempre é possível fazer uma correção de rota...**

**Cano** - Maquiavel ensinou ao príncipe: “Se tiver que fazer maldade, faça tudo imediatamente; o bem, faça devagar”. Se for assim, é possível retomar o caminho, só que terá um custo político considerável.